

Um desejo de museu¹

Júlia Morim²

PPGA/UFPE

Palavras-chaves: museu; memória; patrimônio imaterial

Introdução

Instituída por meio do Decreto 3.551/2000, a política nacional de patrimônio imaterial reconheceu em mais de duas décadas mais de 50 bens como patrimônio nacional (Alencar; Gonçalves, 2023). Como desdobramento do instrumento jurídico do registro, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura encarregada pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, torna-se responsável por documentar, promover e divulgar amplamente os bens registrados, ou seja, salvaguardá-los. O fomento à salvaguarda estrutura-se em quatro eixos³ que norteiam 15 tipos de ação, entre as quais, no eixo 4 - Produção e Reprodução Cultural, a ação “ocupação, aproveitamento e adequação de espaço físico para Centro de Referência”. O Termo de Referência para a Salvaguarda de Bens Registrados, publicado em 2015, aponta diretrizes para atuação da instituição e orienta o fomento a Centros de Referência, entendidos como "espaços físicos de uso coletivo para abrigar acervos relativos ao bem cultural registrado, realizar ações diversas e ser um espaço para a socialização dos detentores e divulgação do bem cultural para a sociedade mais ampla." (Iphan, 2015, pgs.14-15). Ou seja, espaços teoricamente neutros, em que se promove o bem de forma coletiva e não vinculado a determinado grupo específico. O documento também define critérios para sua criação e implementação. Até 2018, 12 centros tiveram fomento do Programa Cultura Viva e três foram implantados a partir de distintas parcerias (Iphan, 2018, pgs. 34-36).

A articulação e o entrelaçamento das orientações e impactos das políticas de cultura, o reconhecimento enquanto patrimônio cultural brasileiro e o acionamento da ideia de museu pautam as discussões e reflexões apresentadas a seguir. Partindo da

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024)

² Doutoranda em Antropologia no PPGA/UFPE. Bolsista CNPq/MCTI.

³ Mobilização social e alcance da política; gestão participativa no processo de salvaguarda; difusão e valorização; produção e reprodução cultural.

premissa que o Museu é um instrumento de poder (Chagas, 2020), se o museu tem autoridade para contar histórias, por que não contarmos nós mesmos a nossa? Essa é uma pergunta que vem sendo feita por diversos grupos e comunidades que buscam, por meio de seu próprio museu, ter autonomia e protagonismo no processo de musealização e entrar no jogo de disputa de narrativas, de direitos e de recursos. Nas últimas décadas, por exemplo, diversos museus foram criados atrelados sobretudo a questões relacionadas à memória, ao reconhecimento identitário, à posse da terra e à manutenção de saberes e práticas⁴. Esses museus existem de forma plural, seja na estrutura física, no tipo e no conceito de acervo, no modo de exposição, no modo de funcionamento e/ou no formato de sua gestão.

Buscamos, a partir de um recorte da realidade pernambucana, refletir, então, sobre o desejo de museu atravessado por processos de inventário, mobilização e reconhecimento do patrimônio cultural e sobre a maneira como estão sendo estruturadas essas iniciativas museológicas. Quais conceitos de museu estão sendo acionados? Como funcionam esses museus? Em que e como tensionam o campo? Como a patrimonialização e a musealização estão colaborando com a continuidade dos bens, grupos e manifestações? Quais estratégias estão sendo utilizadas?

Qual o lugar dos museus na política federal de patrimônio imaterial?

Nos mais de 20 anos da implementação da política federal de patrimônio cultural de natureza imaterial, muitas diretrizes de salvaguarda refletiram um desejo de museu, considerando sua concepção mais ampla. A inserção nos processos de seleção do patrimônio, ao menos oficialmente, de grupos muitas vezes distanciados de políticas públicas, atuou no despertar por reconhecimento que muitas vezes é concretizado por meio de um museu. Mendonça (2020) aponta que, até 2017, o processo de patrimonialização de 11 de 41 bens registrados envolvia ações de caráter museológico: exposições, repatriação de objetos, adequação e/ou criação de museus. Para a autora, as políticas de patrimônio e de museu refletem-se mutuamente e “o museu passa a ser visto como espaço potencial para uma abordagem integrada de ações voltadas à valorização, salvaguarda e difusão de referências culturais imateriais” (Mendonça, 2015, p.94).

⁴ São exemplos o Museu das Remoções (RJ), o Museu Kanindé (CE), o Memorial das Ligas Camponesas (PB).

Ao analisar a publicação “ Saberes, fazeres, gingas e celebrações: ações para a salvaguarda de bens registrados como patrimônio cultural do Brasil 2002-2018”, que avalia as principais ações de salvaguarda desenvolvidas para os bens registrados entre 2002 e 2018, museus aparecem como proponentes do registro - como foi o caso do Museu de Antropologia da Universidade Federal de Goiás (Saberes e Práticas Associados ao Modo de Fazer Bonecas *Karajá*), o Museu do Marajó (Festa do Glorioso São Sebastião na Região do Marajó) e o Museu do Índio (Arte *Kusiwa* - Pintura Corporal e Arte Gráfica *Wajãpi*) - e também configuram-se como centros de referência derivados desses processos de reconhecimento, a exemplo dos Museu do Samba, Museu do Círio, Memorial das Baianas de Acarajé e Museu Queijo Canastra. Museus estão presentes, alguns com mais relevância e centralidade, como parceiros no processo de salvaguarda, sendo espaços que acolhem atividades como reuniões e ações diversas. Outros, ainda, integram comitês de salvaguarda.

Entre bens já reconhecidos, em suas diretrizes e planos de salvaguarda, a ideia de museu aparece com diversos nomes e formatos – sedes, centros de referência, casas e museu –, destacando experiências que já existem como pontos de cultura ou pontos de memória (Iphan, 2013a; Iphan, 2013b; Iphan, 2013c). O Centro Cultural Cartola (CCC), por exemplo, envolvido na instrução do processo de registro das Matrizes do Samba no Rio de Janeiro, se reconfigurou enquanto Museu do Samba, expandindo seu escopo para o samba enquanto forma de expressão coletiva. A mudança ocorre “do entendimento de que, ao se posicionar como uma instituição museológica, há potencialidade no trabalho com a memória do samba como vetor de inclusão e como forma de poder e resistência” (Nogueira; Santos, 2020, p. 60). Tanto Mendonça (2015) quanto Nogueira e Santos (2020) apontam a relevância do uso do título **museu**, de forma a envolver, além da preservação da memória, a atuação na garantia de direitos, ressaltando o lugar político e social ocupado pelo museu. Um outro caso, também diretamente impactado pela política de patrimonialização, foi o processo de reconhecimento do Ofício de Parteira Tradicional, que provocou uma vontade de museu entre parteiras de Pernambuco, culminando no desenvolvimento do Museu da Parteira, iniciativa que foge do senso comum da ideia de um museu, visto que não tem sede e existe a partir das atividades que promove.

A política de patrimônio estimulou e criou centros de referência, bem como reformulou, reestruturou e criou museus. Entretanto, para técnicos do Iphan lotados no

Departamento do Patrimônio Imaterial⁵, em Brasília, atualmente a percepção de que há uma ampliação de demandas por reformulação ou criação de novos museus, em seu sentido mais ampliado, não seria tão intensa, pelo menos junto ao Iphan. Para eles, não há uma forte reivindicação por museus ou ações museológicas por parte dos grupos de detentores dos bens em processo de registro e registrados. Tal percepção não inviabiliza a construção ou o desenvolvimento de ações museológicas autônomas por parte dos detentores. De acordo com um levantamento realizado⁶ pela Coordenação de Monitoramento e Avaliação da Salvaguarda de Bens Registrados, do Departamento do Patrimônio Imaterial, entre 2019 e 2023 houve, via emenda parlamentar, a restauração de um imóvel histórico utilizado para manutenção do bem e uma demanda relacionada à vontade de criação de um espaço voltado à capoeira. Nesse período, museus aparecem como parceiros em acordos de cooperação técnica e outras atividades, bem como atores responsáveis pela salvaguarda promovendo reuniões, debates, ações e projetos, para os quais muitas vezes o Iphan é convidado.

Ao que tudo indica, nos anos iniciais da implementação da política de patrimônio imaterial configurou-se um momento histórico que convergiu econômica e politicamente para um modelo de patrimonialização ancorado no estabelecimento de centros de referência, especialmente em imóveis tombados em área históricas, com apoio de prefeituras e/ou governos estaduais, como é, por exemplo, o caso do Tambor de Crioula em São Luís, no Maranhão. Ou seja, aliaram-se distintos departamentos da instituição e injetaram-se recursos em ações conjuntas. Esse contexto confirma-se na análise das ações de salvaguarda do período de 2002 a 2018 (Iphan, 2018), que indicam a implantação de centros de referência entre bens inscritos como patrimônio nacional até 2008. Contudo, segundo a Coordenadora de Registro, esse modelo não demonstrou sustentabilidade a longo prazo, pois envolve questões de manutenção, gerência, mediação entre detentores, recursos humanos e financeiros, que, somadas às mudanças políticas ocorridas nessas décadas, desviaram o foco de ação para o incentivo a outras formas de salvaguarda.

Apesar de a política específica do patrimônio ter mudado a perspectiva para a promoção e a continuidade dos bens, a ideia de se pautar memória, transmissão e

⁵ Entrevistas realizadas com a Coordenadora de Registro e com o Coordenador de Apoio aos Bens Registrados – COABRE, em maio de 2024.

⁶ A busca foi realizada na base de dados pela referida coordenação, a pedido, a partir das seguintes palavras-chave: museu, exposição, mostra, memória, lugar, narrativa, história, centro de referência, ocupação.

continuidade por meio de espaços museológicos foi acolhida pelos detentores e mantém-se viva.

O acionamento da ideia de museu em Pernambuco

De acordo com o Iphan⁷, há em Pernambuco, 14 bens de natureza imaterial reconhecidos como Patrimônio Cultural do Brasil, conforme tabela abaixo:

| BEM | DATA DE REGISTRO | CATEGORIA | ABRANGÊNCIA | LOCALIDADES |
|---------------------------------------|------------------|--------------------|-------------|---|
| Feira de Caruaru | 2006 | Lugar | Local | Caruaru |
| Frevo | 2007 | Forma de Expressão | Estadual | |
| Ofício dos Mestres de Capoeira | 2008 | Saberes | Nacional | Todos os estados |
| Roda de Capoeira | 2008 | Forma de Expressão | Nacional | Todos os estados |
| Maracatu Nação | 2014 | Forma de Expressão | Estadual | PE |
| Maracatu de Baque Solto | 2014 | Forma de Expressão | Estadual | PE |
| Cavalo Marinho | 2014 | Forma de Expressão | Regional | PE e PB |
| Teatro de Bonecos Popular do Nordeste | 2015 | Forma de Expressão | Regional | AL, RN, PE, PB, CE, DF, RJ |
| Caboclinho | 2016 | Forma de Expressão | Regional | PE, RN e SE |
| Literatura de Cordel | 2021 | Forma de Expressão | Nacional | RJ, SP,DF, AL,BA,CE, MA,PB,PI,PE, RN e SE |
| Ciranda do Nordeste | 2021 | Forma de Expressão | Regional | AL, PB e PE |
| Repente | 2021 | Forma de Expressão | Nacional | RJ, SP,DF, AL,BA,CE, MA,PB,PI,PE, RN,SE |

⁷ Bens registrados em Pernambuco:

http://colaborativo.ibict.br/tainacan-iphan/estados-e-municipios-teste/pernambuco-pe/?order=ASC&orderby=date&view_mode=masonry&perpage=12&fetch_only_meta=&paged=1&fetch_only_thumbnail%2Ccreation_date%2Ctitle%2Cdescription&taxquery%5B0%5D%5Btaxonomy%5D=tnc_tax_7447&taxquery%5B0%5D%5Bterms%5D%5B0%5D=3617&taxquery%5B0%5D%5Bcompare%5D=IN - acesso em 19/05/2023.

| | | | | |
|---|------|--------------------|----------|--|
| Matrizes Tradicionais do Forró | 2021 | Forma de Expressão | Nacional | AL, BA, CE, MA, PB, PI, PE, RN, SE, RJ, SP, ES, DF, MG, AC |
| Ofício, Saberes e Práticas das Parteiras Tradicionais do Brasil | 2024 | Saberes | Nacional | Todos os estados |

A grande quantidade de bens registrados que têm Pernambuco como território pode estar relacionada ao incentivo de algumas gestões do governo estadual por meio de contratação de inventários de manifestações específicas, bem como da política pública de fomento à cultura que dispõe de linhas específicas para realização de inventários utilizando a metodologia do INRC com vistas ao pedido de Registro. Ou seja, há um contexto particular considerando o cenário nacional. Recentemente, na fala da antropóloga e técnica do Iphan, Rívia Bandeira, durante o 47º Encontro Anual da ANPOCS⁸, foi destacado o fato de Pernambuco ser um estado no qual a política pública de patrimônio tem solidez e atuação, o que pode ter influenciado no volume de bens inscritos.

Dentre os bens reconhecidos, alguns espaços e museus existiam antes da patrimonialização e outros foram criados posteriormente. A partir de dados da plataforma Museus de Pernambuco⁹ foi possível elencar os seguintes museus que estão relacionados com o patrimônio registrado, quais sejam Forró, Frevo, Cordel, Mamulengo, Cavalo Marinho e Ofício, Saberes e Práticas das Parteiras Tradicionais do Brasil:

- Museu do Forró Luiz Gonzaga, em Caruaru. (1989).
- Museu do Gonzagão, em Exu. (1989).
- Centro de Formação, Pesquisa e Memória Cultural - Casa do Carnaval, no Recife. (1990).
- Museu do Mamulengo, Espaço Tiridá, em Olinda. (1994).
- Museu do Cordel Olegário Fernando, em Caruaru. (1999).
- Museu do Mamulengo, em Glória de Goitá. (2003).

⁸ FR01 - Afinal, quem somos? Patrimônio e cultura no Brasil| Sessão 2. Políticas e práticas (de)coloniais dos Patrimônios. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0eFxuOLE3oc>. Acesso em 19 out 2023.

⁹ <https://www.museusdepernambuco.pe.gov.br/>. Acesso em 24 out 2023.

- Museu do Cavalo Marinho Tira Teima do Mestre Zé de Bibi, em Glória de Goitá. (2009).
- Museu da Parteira (2012)
- Paço do Frevo, no Recife. (2014).
- Museu Zé Dantas, em Carnaíba. (2017).
- Museu das Tradições do Cavalo Marinho, em Aliança. (2020)
- Memorial J. Borges, em Bezerros. s/d¹⁰
- Museu do Frevo Levino Ferreira - CEMCAP, no Recife. s/d

Destes, apenas o Museu Zé Dantas, voltado à memória do compositor, o Paço do Frevo e o Museu das Tradições do Cavalo Marinho foram fundados após o processo de patrimonialização¹¹.

Dentre as iniciativas mapeadas, três são interessantes e boas para pensar a articulação dos campos dos museus e dos patrimônios. Apesar de alguns museus já existirem antes do reconhecimento enquanto patrimônio, destacam-se por suas características de surgimento e modo de funcionamento, distanciando-se da ideia clássica de um museu. O Museu das Tradições do Cavalo Marinho, o Museu do Mamulengo de Glória de Goitá e o Museu da Parteira instiga-nos a pensar as razões para a opção, por parte dos detentores, por um museu como decorrente do processo patrimonial e compõem um grupo de museus que estão na interlocução dos campos de patrimônios e museus, uma vez que são relacionados a bens registrados pelo Iphan e dois são reconhecidos como pontos de memória¹² pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram).

O Museu das Tradições do Cavalo Marinho (MTCM) foi fundado em 2020, durante a pandemia, na sede do grupo de Cavalo Marinho Boi Pintado, no município de Aliança, zona da mata pernambucana. Tem como idealizadora e coordenadora Andala Quituche, atriz, produtora cultural e esposa do mestre do grupo. Andala está inserida no campo da produção cultural, foi conselheira estadual de cultura, e vislumbrou esse museu como um espaço voltado à reunião da história e da memória dos grupos de cavalo marinho da região. A articulação com diversos grupos, inclusive com aqueles que não estão na ativa e cujos mestres já faleceram, possibilitou a doação de peças e a

¹⁰ Os espaços que não foi possível obter informações sobre a data de fundação estão marcados com s/d.

¹¹ Não foi possível, neste momento, ampliar o mapeamento de sedes e associações de bens registrados que podem ser enquadradas dentro da perspectiva de um espaço museológico.

¹² Pontos de Memória é um programa do Ibram voltado à valorização de processos museais desenvolvidos por grupos sociais excluídos da construção da memória social brasileira.

formação do acervo, cuja proposta é constituir um painel que representa o universo do Cavalo Marinho. O museu está instalado numa casa doada para o Boi Pintado e restaurada com dinheiro de dois prêmios da área do patrimônio, outorgados ao grupo e ao mestre (um da FUNDARPE e outro do Iphan). Lá acontecem aulas, encontros, reuniões e estão guardados os objetos e as indumentárias do grupo. Nessa casa, em um espaço separado por portas de vidros, delimita-se o museu que possui uma exposição permanente, na qual personagens e figuras, instrumentos, fotografias, estrelas com nomes de mestres já falecidos descem do teto e uma parede representa um canavial, o cenário de produção e reprodução da brincadeira.

O museu possui contas em redes sociais, onde promove sua divulgação, e está cadastrado na plataforma Museusbr¹³, do Ibram, atendendo minimamente às exigências formais do conceito de museu, e vem participando das Semanas Nacional de Museus, integrando-se às redes e atividades do universo museal. Não está aberto ao público diariamente e recebe visitação por meio de agendamento. Atualmente a iniciativa recebe o apoio de um museólogo, que, nas palavras de Andala, está ajudando o museu a se organizar, no sentido de atender às exigências formais em relação ao acervo, ou seja, a catalogação, a manutenção e a preservação. Nessa experiência, que está em processo de consolidação, museu e grupo se misturam: na sede, nas pessoas à frente da iniciativa, nas atividades propostas, de modo que a existência de um está atrelada à manutenção do outro.

Assim como no MTCM, no Museu do Mamulengo, a relação entre Associação Cultural de Mamulengueiros e Artesãos de Glória do Goitá e Museu do Mamulengo é intrínseca. A atuação de ambos acontece no espaço do museu, que ocupa um prédio antigo no centro da cidade, cedido pela prefeitura. O amplo imóvel abriga uma área para produção dos itens necessários para a brincadeira, além de inúmeros objetos de diversos mestres e grupos, que compõem a exposição. Ao mesmo tempo que é um espaço de guarda, exposição e visitação, ou seja, um museu, na concepção clássica, é também um espaço de produção, transmissão de saberes e comercialização, já que diariamente bonequeiros produzem e vendem bonecos. O espaço está aberto de terça a domingo para visitação e recebe visitas escolares por meio de agendamentos.

¹³ “O Registro de Museus é um instrumento da Política Nacional, previsto pelo Estatuto de Museus, [Lei 11.904/2009](#) e regulamentado pelo [Decreto nº 8.124/2013](#) e [Resolução normativa nº 1/2016](#), que visa criar mecanismos de coleta, análise e compartilhamento de informações sobre os museus brasileiros, com o propósito de aprimorar a qualidade de suas gestões e fortalecer as políticas públicas setoriais”. - <https://renim.museus.gov.br/registro-de-museus/>

O museu é um desdobramento de um projeto de um centro de revitalização, por meio do Programa de Promoção do Artesanato de Tradição Cultural (Promoart), do Centro Nacional do Folclore e Cultura Popular (CNFCP), vinculado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Desde antes de se entender como museu, mesas já exibiam a produção, mas apenas em 2013, quando uma lei intitula a cidade de Glória de Goitá como capital estadual do Mamulengo, é que passam a se perceber como um espaço museal. Desde 2017, o museu conta com apoio de um museólogo, que, segundo Mestra Titinha, presidente da associação e responsável pelo museu¹⁴, possui grande influência nessa mudança de perspectiva. Nesse museu, o acervo é vivo, pois é utilizado em apresentações, saindo e retornando ao museu. Apenas os objetos de mestres já falecidos não são utilizados. Os bonecos ganham vida nas apresentações e depois retornam para “casa”, numa lógica diversa do museu normativo, em que o objeto deve permanecer guardado e intocado. Se intitular enquanto museu trouxe outro status para a iniciativa. Em um jogo de disputas políticas, o título de Museu, que conta a história do mamulengo, de mestres, mestras e grupos da região, foi utilizado para assegurar a permanência no casarão durante um conflito com a prefeitura, que queria desalojá-lo. O argumento de ser um museu pesou para a manutenção da cessão do espaço junto ao governo municipal, demonstrando a relevância da instituição museológica.

Assim como o Museu do Mamulengo, o Museu da Parteira existia antes de se entender enquanto tal. Quando seus integrantes entraram em contato com as discussões do campo da museologia e compreenderam que vinham desenvolvendo ações de cunho museológico, passaram a se afirmar como um museu em *processo*, itinerante, sem sede e sem paredes, uma vez que produzem documentação, conteúdo e comunicação, mesmo que de forma transitória e/ou virtual. O Museu emerge do desejo das parteiras tradicionais após a realização de um Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) e agrega associações de parteiras, universidade, ONGs e pesquisadores. Ao lançar o olhar para a trajetória de constituição desse museu, verifica-se que partindo de uma pesquisa com enfoque patrimonial lança-se a ações de salvaguarda que vão se conformando como ações museológicas.

O museu apresenta-se como um lugar de reflexão e articulação de novas ideias, ocupando espaços formais e informais e produzindo exposições fotográficas itinerantes,

¹⁴ A associação é a gestora do museu.

publicação de livro, realização de filmes e exposições em instituições museológicas (Müller; Morim, 2017). Ao longo dos anos, o Museu da Parteira produziu seu próprio acervo por meio dos projetos realizados, notadamente em meio digital e virtual, a exemplo de fotografias, filmes e vídeos de seminários e encontros. Estar no mundo virtual é inevitável, sendo também uma ferramenta de divulgação e armazenamento de suas produções. Em 2022, com incentivo do Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura (FUNCULTURA), o Museu lançou seu *site*, que registra o amplo processo de documentação, promoção e difusão do universo relacionado ao ofício de parteira com vistas a fomentar o acesso a informações sobre esse assunto. Além de detalhar as principais ações desenvolvidas, há um espaço destinado ao compartilhamento de experiências, reflexões, textos e outro para a reunião de produções textuais, audiovisuais e publicações dos meios de comunicação sobre o tema. Assim, o *site* busca ser um local de confluência de informações sobre o ofício de parteira tradicional, bem como sobre o museu, mas não caracteriza-se enquanto um museu virtual.

O modelo de museu que possui acervo e exposição permanente é vislumbrado e existe desde o início, quando as parteiras Prazeres e Zefinha decidiram que esse museu se instalaria em Caruaru, cidade do agreste de Pernambuco. Atualmente o que se compreende enquanto acervo do Museu da Parteira está guardado de forma difusa nas organizações que o integram e nas casas das parteiras. São livros, folders, cartazes, fotografias, banners, camisas, atas, ofícios, documentos e objetos nos mais diversos suportes e formatos que não foram inventariados. É a partir desse acervo disperso que se pretende realizar um processo de inventário, catalogação e seleção para uma futura exposição e um possível futuro museu físico.

Com participação contínua das parteiras, o museu abre diversas frentes de trabalho em consonância com as disponibilidades, habilidades e vontades de cada membro. Em cada ação realizada busca-se promover momentos de reunião e trocas. Dessa forma, o museu arquiteta espaços e momentos para se falar, discutir e difundir os sentidos do ofício e sua atualidade, assim como as biografias e experiências das parteiras.

Se conceber como museu traz mais uma camada nas estratégias de construção de memória e de identidade e de articulação política para grupos “detentores” de bens culturais patrimonializados. Nos casos em tela, sobre o título de Patrimônio do Brasil, as interlocutoras do Museu das Tradições do Cavalo Marinho e do Museu do Mamulengo apontam que este não trouxe melhorias concretas para o cotidiano dos

grupos. Entretanto, o museu é tido como um importante meio de articulação, realização e valorização.

Considerações Finais

O florescimento de museus autônomos, não fomentados pelo Iphan ou diretamente incentivado logisticamente ou financeiramente pelo registro, suscitam reflexões interessantes. As diversas formas de se construir enquanto museu refletem os distintos modos de existência e de manutenção dos bens. Demonstram também certa indissociabilidade entre o museu e vida cotidiana dos grupos, pondo em xeque a estrutura convencional do museu. Essas experiências nos põe a pensar o museu como um lugar de existência e reexistência. O museu "como tecnologia, como ferramenta de trabalho, como dispositivo estratégico para uma relação nova, criativa e participativa com o passado, o presente e o futuro" (Chagas, 2011, p.05) e como um campo de batalha (Vergès, 2023).

Essa aproximação com o campo permitiu conhecer experiências que acionam o conceito de museu e que atuam de forma distinta do museu normativo, tensionando a categoria museu e questionando os efeitos do reconhecimento enquanto patrimônio. Há algumas características percebidas em relação a esses museus que gostaria de destacar. Em relação à localização, os museus que possuem sede física estão inseridos em suas comunidades, de forma diferente da maioria dos centros de referência fruto da política de patrimônio. No que tange às formas de promover a manutenção e a realização de atividades, todos acessam recursos por meio de editais de cultura, seja para fomento ou para premiação. Esses editais, notadamente em nível estadual, muitas vezes têm linhas específicas para patrimônios reconhecidos. Integrantes dos grupos e/ou apoiadores estão se organizando, acessando e aderindo ao esquema de concorrer a editais de cultura tanto como museu quanto como patrimônio, acionando assim a política de fomento por vários caminhos. Todos já foram premiados com o Prêmio Ayrton de Almeida Carvalho de Preservação do Patrimônio Cultural de Pernambuco, ofertado pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, por exemplo, e o Cavalo Marinho Boi Pintado e as parteiras Maria dos Prazeres de Souza e Mãe Dôra são reconhecidos como Patrimônio Vivo de Pernambuco. Vale também destacar a presença feminina em posições de liderança, tensionando e pautando o papel das mulheres nesses espaços.

Na gramática da salvaguarda, esses museus vêm se apresentando como representantes de detentores e de bens, atuando como articuladores e provocadores de debates, agenciadores de políticas e de reconhecimentos em vários níveis e formas. Eles estão mobilizando a costura com diversas esferas, colocando os detentores em espaços antes não tidos como possíveis de serem ocupados e possibilitando a visibilidade de suas histórias, seus saberes e fazeres para públicos diversos.

Esses museus nascem com a premissa de ser não apenas um lugar de guarda, mas principalmente de encontro, não focado unicamente no passado, mas voltado para o presente e o futuro. O caráter dinâmico dos museus está associado à diversidade do patrimônio em suas especificidades e realidades locais e regionais distintas. Vale destacar que o surgimento desses museus não está isento de conflitos e tensões, bem como de críticas e/ou questionamentos quanto à ideia de universalidade, ou seja, de abarcar por inteiro a realidade de determinado bem. Entretanto, esse não parece ser o percurso que estão buscando, mas o acionamento da memória como caminho e estratégia para reconhecimento, continuidade e acesso a direitos (Motta, 2019).

Referências Bibliográficas

ALENCAR, Rívia Ryker Bandeira; GONÇALVES, Renata de Sá. Duas décadas, 50 bens registrados: um panorama da política de patrimônio imaterial no Brasil. **Revista CPC**, v. 18, n. 35, p. 10–38, 31 jul. 2023.

CHAGAS, Mário. Museus, memórias e movimentos sociais. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, n. 41, p.05-16, 2011. Disponível em: <<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/2654>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

_____. Memória e Poder: dois movimentos. In: PRIMO, Judite e MOUTINHO, Mário (org.). **Introdução à Sociomuseologia**. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2020. p. 297-326.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **Dossiê Cavalos-Marinheiros**. Recife, 2013a. Mimeo.

_____. **Dossiê Maracatu Baque Solto**. Recife, 2013b. Mimeo

_____. **Dossiê Maracatu Nação**. Recife, 2013c. Mimeo.

_____. **Saberes, fazeres, gingas e celebrações: ações para a salvaguarda de bens registrados como patrimônio cultural do Brasil 2002-2018**. Brasília: Iphan, 2018.

_____. **Termo de Referência para Salvaguarda de Bens Registrados**. BAE – Boletim Administrativo Eletrônico do IPHAN no. 1093– Edição Semanal, 2015.

MENDONÇA, Elizabete de Castro. Programa Nacional de Patrimônio Imaterial e Museu: apontamentos sobre estratégias de articulações entre processos de patrimonialização e de musealização. **Museologia e Interdisciplinaridade**, v. 4, p. 88-106, 2015.

_____. Museu, patrimônio imaterial e performance: desafios dos processos de documentação para a salvaguarda de bens registrados. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 9, n. 18, p. 177–208, 3 nov. 2020.

MOTTA, Antônio. Direitos Culturais e Ações Museais. In: TAMASO, Izabela; GONÇALVES, Renata de Sá; VASSALLO, Simone (orgs.) **A antropologia na esfera pública: patrimônios culturais e museus** [ebook]. Goiânia : Editora Imprensa Universitária, 2019.

MÜLLER, Elaine; MORIM, Júlia. Entre parteiras, afetos e museus: uma narrativa acerca da experiência com o Museu da Parteira. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017

NOGUEIRA, Nilcemar.; SANTOS, Desiree. DOS Reis. Impacto da Política de Patrimônio: o Museu do Samba e a salvaguarda das Matrizes do Samba no Rio de Janeiro. Em: Práticas de gestão. **Cadernos da Salvaguarda de Bens Registrados**. Brasília: Iphan, 2020. p. 56–80.

VERGÈS, F. **Decolonizar o museu: programa de desordem absoluta**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.